



## **Pedagogias e conhecimentos na luta por território: agroecologia nas periferias da cidade do Rio de Janeiro**

*Pedagogies and knowledge in the struggle for territory: agroecology on the outskirts of the city of Rio de Janeiro*

MARTINS, Paolo C.<sup>1,3,7</sup>; COSTA, Rafael N.<sup>2,7</sup>; MONTESANO, Bernardete<sup>3</sup>; MAJEROWICZ, Diogo<sup>3,4,7</sup>; SANTOS, Ana Paula C.<sup>3,5</sup>; SÁNCHEZ, Celso<sup>6,7</sup>

<sup>1</sup>Doutorando no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, [martins.paolo2@gmail.com](mailto:martins.paolo2@gmail.com); <sup>2</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro, [rafaelnogueiracosta@gmail.com](mailto:rafaelnogueiracosta@gmail.com); <sup>3</sup> Rede Carioca de Agricultura Urbana, [bernagroecologia@yahoo.com.br](mailto:bernagroecologia@yahoo.com.br); <sup>4</sup>Projeto Ará – Fiocruz Mata Atlântica, [diogommaneschy@gmail.com](mailto:diogommaneschy@gmail.com); <sup>5</sup>Centro de Integração na Serra da Misericórdia, [cem.contatos@gmail.com](mailto:cem.contatos@gmail.com); <sup>6</sup>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, [celsosanchezp@gmail.com](mailto:celsosanchezp@gmail.com); <sup>7</sup>Observatório de Educação Ambiental de Base Comunitária do Rio de Janeiro

### **RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO**

#### **Eixo Temático: Construção do conhecimento agroecológico**

**Resumo:** Este trabalho tem o objetivo de tecer reflexões sobre as possibilidades apresentadas pela agricultura urbana de base agroecológica de atuar como uma prática social mobilizadora da construção de processos pedagógicos contextualizados aos territórios e comprometidos com a luta contra as injustiças socioambientais. Buscamos analisar e descrever as contribuições da agroecologia para a educação, como foco na educação ambiental de base comunitária e na educação em ciências. As ideias são elaboradas a partir de uma pesquisa de base qualitativa desenvolvida com a Rede Carioca de Agricultura Urbana, que se apresenta como solo fértil para práticas educativas engajadas com as lutas por justiça socioambiental.

**Palavras-chave:** agricultura urbana; educação ambiental; educação em ciências; educação popular.

#### **Introdução**

Este trabalho tem o objetivo de tecer reflexões sobre as possibilidades apresentadas pela agricultura urbana de base agroecológica de atuar como uma prática social mobilizadora da construção de processos pedagógicos contextualizados aos territórios e comprometidos com a luta contra as injustiças socioambientais. Nesse sentido, buscamos analisar e descrever as contribuições da agroecologia para a educação, como foco na educação ambiental de base comunitária (EABC) (Silva e Sánchez, 2017; Oliveira et al. 2020; Camargo e Sánchez, 2021) e na educação em ciências. A busca de novos referenciais para uma educação contextualizada aos territórios se justificam pela necessidade da ampliação de seus fundamentos teórico-metodológicos, frente aos desafios sociais, ambientais e políticos contemporâneos. Esta busca parte também da constatação de que os sistemas de produção e de validação de conhecimentos constituintes da ciência



moderna, promovem o silenciamento e o apagamento de múltiplas epistemologias e ontologias existentes no mundo (Quijano, 2005).

As ideias aqui apresentadas são elaboradas a partir de uma pesquisa de base qualitativa desenvolvida com uma rede de agricultores, consumidores e pessoas com diversas atuações profissionais - pesquisadores, professores, entre outros – da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, comprometidas com a luta por segurança alimentar e pela valorização dos conhecimentos produzidos nos territórios periféricos, a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), que se apresenta como solo fértil para práticas educativas engajadas com as lutas por justiça socioambiental.

A pesquisa teve início em fevereiro de 2020 e se deu por meio da participação em diversas atividades e processos que compõem o cotidiano da Rede CAU. Nesse contexto, metodologicamente a consideramos como uma Investigação Ação Participante (Fals Borda, 1999).

Na construção desta pesquisa, tomamos como base as seguintes perguntas:

- 1) Quais são os processos educativos, suas práticas e reflexões, que emergem da agricultura urbana de base agroecológica na metrópole do Rio de Janeiro?
- 2) As ações coletivas com base na agroecologia mobilizam que tipo de conhecimentos?

Na primeira parte do texto apresentamos a Rede CAU - o seu histórico de criação e algumas de suas principais ações. Em seguida é apresentado um relato do desenvolvimento da pesquisa e os resultados das interlocuções desenvolvidas com pessoas integrantes da Rede CAU. Por fim, é apresentada uma discussão sobre as possíveis contribuições da agroecologia para a educação a partir das reflexões sobre a Rede CAU e sobre movimentos e ações associados à agroecologia de modo mais amplo.

### **A Rede Carioca de Agricultura Urbana**

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apesar de ter um caráter predominantemente urbano e industrial, possui significativas experiências de sistemas agroalimentares. Tais experiências contemplam a produção agrícola familiar em diferentes formatos - em pequenas sítios, nos quintais nas regiões periféricas, em lajes de casas nas favelas, em hortas comunitárias e em assentamentos da reforma agrária -, bem como uma diversidade de processos de beneficiamento e de comercialização dos alimentos, que são realizados a partir de cozinhas individuais e comunitárias, da realização de feiras agroecológicas, da criação de pontos de venda a partir de barracas em praças e áreas públicas da cidade, da elaboração de cestas, da realização de vendas



por redes de produtores-consumidores e da venda em lojas associadas a movimentos sociais como o MST e o MPA (Petrus et al., 2022).

Inserida na dinâmica dos sistemas agrícolas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, está a Rede CAU. Esta consiste em uma rede criada em 2009, composta por agricultores, além de representantes de organizações não governamentais, de movimentos sociais e pesquisadores de universidades e instituições públicas de pesquisa. A partir do tema central da agricultura urbana, a rede contempla pautas que compreendem lutas por justiça socioambiental, como a valorização da agricultura como prática sociocultural, o reconhecimento pelo poder público da existência da agricultura na cidade do Rio de Janeiro, o direito à cidade (Lefebvre, 2001), a garantia da segurança alimentar nas periferias, a luta contra o patriarcado, a valorização dos territórios periféricos, a luta ambientalista, entre outros.

Ao longo dos seus cerca de quatorze anos, a atuação mobilizada pela Rede CAU promoveu avanços relacionados às práticas da agricultura urbana, à segurança alimentar e ao fortalecimento dos territórios, com destaque para as regiões periféricas. Entre essas conquistas, estão: a participação em órgãos colegiados do poder público, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; a criação da Frente Parlamentar de Agricultura Urbana, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro; a criação do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica; a promulgação da Lei nº 8366/2019 que institui a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana; a Lei nº 6691/2019, que instituiu a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana; a lei municipal nº 1295/2019, que consolidou o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e estabeleceu diretrizes para a produção orgânica no município; a lei nº 6201/2017, que reconhece a Feira Agroecológica de Campo Grande como de interesse cultural e social para a cidade.

Outro ponto que vale ser destacado em relação à Rede CAU é a sua articulação com outros movimentos sociais estaduais e nacionais, como a Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro (AARJ), criada em 2006, que reúne experiências de agricultura familiar de base agroecológica de diferentes partes do estado, como a Região Serrana, a Baixada Fluminense, o Norte Fluminense, a Costa Verde e o Vale do Paraíba; a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

### **Pedagogias de base comunitária construídas nas práticas sociais**

De acordo com Arroyo (2014), os coletivos populares trazem para as teorias educativas que se propõem a dialogar com eles, as relações políticas de subalternização e de opressão sobre os quais vem sendo submetido desde os



primeiros momentos da colonização, onde suas culturas, saberes e memórias não foram incluídos como produtores da história da produção intelectual (ibid.). Neste contexto, o autor levanta os questionamentos sobre a partir de quais processos as pessoas aprendem a resistir à opressão, à subalternização e à privação de direitos básicos. E, também, quais são as pedagogias que os ensinam a se organizar, a enfrentar as violências vividas e a lutar pelos direitos negados.

Avançando nestas reflexões, Arroyo (2014) afirma que todas as experiências sociais, inclusive as de opressão, produzem conhecimentos, compreensões das relações de poder e estratégias de resistência. Com isso, destaca as “pedagogias de resistência à dominação”, de aprendizados de resistência vividos em seus cotidianos de luta pela defesa de seus territórios e pelo direito de existir; as “pedagogias de libertação/emancipação”, com as quais se desenvolve consciência política e se aprende a se organizar em ações coletivas e a incidir politicamente na sociedade.

Neste mesmo sentido, Caldart (2000) elaborou uma profunda discussão sobre as pedagogias do MST. De acordo com a autora, o MST é considerado um sujeito pedagógico, pois consiste em um movimento com ações sociais com objetivos e princípios que são educativos, compreendem processos teóricos e práticos de formação humana. Tais processos possuem uma intencionalidade e uma tarefa histórica bem definida, que consiste no compromisso de recuperar terras usurpadas pelos latifúndios, direcionando-a para a agricultura familiar, em um processo de luta por justiça socioambiental (ibid.).

A partir das elaborações sobre as pedagogias dos movimentos sociais apresentadas por Arroyo (2014) e por Caldart (2000), percebe-se que as práticas e os movimentos sociais, tais quais os alinhados à agroecologia, produzem uma ampla gama de conhecimentos associados a resistências e lutas contra as injustiças socioambientais vivenciadas nos territórios. A partir da vivência nesses territórios, tais conhecimentos são mobilizados em processos de ensino e aprendizagem, ou seja, em processos pedagógicos que ocorrem em atividades cotidianas diversas.

Por ser pautada em uma visão distinta da racionalidade moderna-capitalista e possuir uma integração entre conhecimentos ancestrais, conhecimentos científicos, práticas agrícolas com viés conservacionista, organização comunitária e atuação política para a luta por justiça social, a agroecologia consiste em um processo de descolonização da agricultura e dos modos de vida de agricultores, de populações tradicionais e de populações urbanas periféricas. Neste processo, há uma busca pela reapropriação ambiental e social dos territórios, valorizando a diversidade de vidas, a diversidade cultural, a justiça social e a conservação ambiental.



Nesta mesma linha é o que vem apontando as pesquisas do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur<sup>1</sup> (GEASur), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O grupo vem se dedicando a identificar e mapear experiências de EABC através do Observatório de Educação Ambiental de Base Comunitária do Rio de Janeiro<sup>2</sup>. A partir do conceito da EABC, busca-se o reconhecimento de práticas pedagógicas que emergem dos territórios, destacando a participação popular de coletivos, organizados ou não, que produzem experiências educativas em espaços como aldeias, quilombos, comunidades periféricas, terreiros, entre outros.

### **Processos pedagógicos desenvolvidos na Rede CAU**

A partir da realização de conversas com integrantes da Rede CAU sobre os conhecimentos e os processos educativos mobilizados pelas ações coletivas com base na agroecologia, os principais pontos apontados foram: a agricultura urbana amplia o acesso a melhores condições de alimentação e ainda contribui com o resgate de culturas que tendem a se perder com o desenvolvimento das cidades; a agricultura urbana pauta a luta por segurança alimentar, mas também por direito a moradia e por equidade; a agricultura urbana está diretamente relacionada à conservação ambiental; a agricultura de base agroecológica é fundamental para o enfrentamento às mudanças climáticas; a vivência com a Rede CAU oferece uma formação humana, ensina a respeitar a diversidade de vidas humanas e não humanas e a respeitar os processos e os tempos da natureza; as ações coletivas com base na agroecologia ensina que o alimento carrega consigo valores culturais, história, conhecimentos e o trabalho dos agricultores; ensinam também a atuar em prol da coletividade, algo que se tornou raro dentro da sociedade de base capitalista.

Neste sentido, podemos apontar esta rede de atores sociais como sujeitos produtores de práticas pedagógicas capazes de enriquecer a educação com elementos oriundos das realidades territoriais locais. Tal perspectiva amplia a possibilidade do desenvolvimento de práticas educativas contextualizadas a essas realidades locais e, conseqüentemente, transformá-las. Dessa maneira, estas ideias enfatizam a necessidade da contextualização da educação em ciências às dinâmicas e realidades locais. Além disso, contribuem com o reconhecimento da EABC como uma aposta para a transformação das realidades locais e capaz de contribuir com a superação das injustiças socioambientais.

### **Agradecimentos**

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – pelo apoio financeiro ao Observatório de Educação

<sup>1</sup> <https://www.geasur.com/>

<sup>2</sup> <https://www.observatorioea.com/>



Ambiental de Base Comunitária do Rio de Janeiro e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ – pela bolsa Doutorado Nota 10 concedida a Paolo de Castro Martins.

### Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMARGO, Daniel R.; SÁNCHEZ, Celso. **Ciência Popular do Sertão Mineiro e Educação Ambiental de Base Comunitária**: saberes locais como pontos de partida para a contextualização de propostas educativas no Vale do Jequitinhonha. *Ambiente & Educação*. v. 26, n. 1, 2021.

FALS BORDA, Orlando. **Orígenes universales y retos actuales de la IAP**. *Análisis Político*, n. 38, p. 73-90, 1999.

OLIVEIRA, Carolina A.; ROJAS, L. A.; PRADA, K. A.; SALGADO, Stephanie. C. **O que os Movimentos de Mulheres e os Ecofeminismos do Sul nos ensinam?** Apontamentos para a educação ambiental de base comunitária. *Ensino, Saúde e Ambiente*, n. especial, 2020.

PETRUS, Fernanda; LAGO, Luciana C.; FERRER, Luisa. Agricultura urbana e o direito à cidade. In: Ribeiro, Luiz C.; Ribeiro, Marcelo G. **Reforma Urbana e Direito à Cidade**: Rio de Janeiro. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (Org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, Júlio. V.; SÁNCHEZ, Celso. **Sociedades de água do Morro da Formiga**: Educação Ambiental de base comunitária e ecologia de saberes numa favela carioca. *O Social em Questão*, n. 40, 2028.